



MENSAGEM Nº 67, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,
Deputado Agostinho Patrus,

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Em Reunião Solene de Instalação da 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, e em cumprimento do dever democrático-republicano previsto no inciso X do art. 90 da Constituição do Estado, encaminho a Vossa Excelência, aos Parlamentares desta Assembleia Legislativa e ao Povo Mineiro mensagem em que exponho a atual situação de Minas Gerais e aponto prioridades para avançarmos na superação das dificuldades atualmente enfrentadas.

Início esta mensagem prestando solidariedade a toda a população do Estado atingida pelas chuvas. Na oportunidade, agradeço aos Poderes e órgãos do Estado, da União e dos Municípios e também à sociedade civil e à iniciativa privada que vêm prestando efetiva colaboração no enfrentamento da situação de emergência. Ressalto, nesse contexto, o auxílio imprescindível do Governo Federal – pela presença do Presidente da República e de muitos Ministros de Estado – e dos membros desta Casa Legislativa, que estão sempre atentos e solícitos às demandas e necessidades do Povo Mineiro.

Em relação a 2019, e apesar da grave crise financeira que afeta Minas Gerais, podemos afirmar que o Poder Executivo enfrentou os desafios com muita dedicação e responsabilidade. Buscamos atender a expectativa da população mineira por melhoria na gestão pública com a adoção de métodos eficazes que prestigiam a boa técnica, a preocupação com os resultados e a busca incessante em garantir a prestação de serviços públicos de qualidade, valorizando o servidor público estadual.

O ano de 2019 foi tragicamente iniciado com o rompimento da barragem de rejeitos de minério em Brumadinho, o que atingiu o coração e a alma dos Mineiros. Nesse triste cenário, os primeiros meses do Governo foram dedicados às atividades de força-tarefa no auxílio às vítimas do rompimento da barragem da Vale. O Poder Executivo se voltou para a gestão da crise social e ambiental, com a pronta cooperação desta Assembleia Legislativa, do Poder Judiciário e do Ministério Público,



acrescida do auxílio do Governo Federal. Nosso Parlamento estadual agiu de modo célere aprovando a Lei nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, que institui um marco regulatório inovador para a política pública de segurança de barragens, e que foi imediatamente sancionada pelo Poder Executivo.

Dentre as inúmeras ações de destaque dessa Assembleia, ressalto, ainda, a Emenda Constitucional nº 99. O “Assembleia Fiscaliza” permitiu diálogos francos e responsáveis entre representantes dos Poderes Legislativo e Executivo e a construção coletiva de soluções em políticas públicas.

Simultaneamente, foi aprimorado o diálogo institucional do Poder Executivo com o Poder Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas. Como resultado dessa sinergia, foi celebrado o acordo histórico com os Municípios, por meio da Associação Mineira de Municípios e sob a interveniência e apoio do Tribunal de Justiça. O Estado se comprometeu em pagar, em 33 parcelas, os recursos devidos a título de repasses do ICMS, IPVA e Fundeb aos Municípios mineiros. Os pagamentos começaram em janeiro deste ano e, ao fim das parcelas, totalizarão cerca de R\$7 bilhões.

Houve, no ano que passou, grande esforço para otimizar a arrecadação, buscando sempre incrementar o ingresso de receita sem aumento da carga tributária. Essas medidas resultaram no aumento da arrecadação tributária em 3,76% em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual de 2019.

Ainda no rol de ações realizadas, o Governo foi capaz de quitar parte dos passivos herdados da gestão anterior. Assim, tivemos a regularização dos pagamentos dos precatórios e dos empréstimos consignados junto às instituições financeiras. Também houve a normalização, a partir de fevereiro de 2019, dos repasses constitucionais para os Municípios. Com muito esforço, ainda foi possível quitar todo o 13º salário do exercício de 2018 – não honrado pelo Governo passado – e dar início ao seu pagamento referente ao ano de 2019 para a maior parte do funcionalismo.

Na Segurança Pública, tivemos a redução expressiva de todos os indicadores de crimes violentos, o que expressa uma inigualável realização no Estado.

O Governo ainda celebra a atração recorde de investimentos. Apenas em um ambiente de menor burocracia e com maior estabilidade jurídica, será possível tornar Minas Gerais o destino de novas empresas e negócios. Os investimentos privados são de extrema relevância para que se possa reduzir o alto índice de desemprego que afeta nosso Povo, dando autonomia ao cidadão mineiro. Encerrou-se o ano com a perspectiva de um saldo positivo de R\$55 bilhões em novos investimentos. Inauguramos o programa “Minas Livre para Crescer”, em que o Governo manterá um ciclo de diálogo com a sociedade



civil e a iniciativa privada para aprimorar os marcos regulatórios do Estado em suas diversas áreas de competência, sempre em constante harmonia com o Poder Legislativo.

Em 2019, promovemos a revisão de contratos e a redução de despesas, de maneira a preservar o funcionamento da Administração Pública com foco em suas atividades finalísticas. Em outro prisma, a Reforma Administrativa proposta pelo Poder Executivo, e que foi aprimorada no diálogo com esse Parlamento, reduziu as secretarias e órgãos do Estado, propiciando economia aos cofres públicos.

Mesmo com todos os esforços, é notório que o cenário fiscal do Estado merece cuidados, pois continua adverso. Encerramos o ano com um déficit previdenciário da ordem de R\$18 bilhões, acrescido de um progressivo endividamento do Estado por razões estruturais. Logo, essa situação de déficit fiscal ascendente só poderá ser revertida por meio da adoção de urgentes medidas, dentre as quais a Reforma Previdenciária, a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal e a realização de uma responsável política pública de desestatização.

É sob essa expectativa que, no segundo semestre de 2019, encaminhei para a Assembleia Legislativa o programa “Todos por Minas” que tem por objetivo solicitar autorização do Parlamento para que o Estado faça a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal – RRF proposto pelo governo federal. A adesão ao RRF resultará no reequilíbrio das contas, viabilizando a prestação de serviços de melhor qualidade. Também será possível quitar dívidas com fornecedores e retomar o pagamento regular dos servidores públicos, aposentados e pensionistas que, de longa data, vêm sendo os maiores prejudicados nessa situação juntamente com a população mais carente de Minas Gerais. Ao se inserir no RRF o Estado terá um prazo para se estruturar e voltar a pagar sua dívida, atualmente na ordem de R\$122 bilhões.

Também solicitei autorização para a alienação da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig. Esses foram os primeiros passos para a adesão ao RRF, e outros projetos de lei serão encaminhados, gradativamente, sempre em acordo com a Assembleia Legislativa. E reitero que tais medidas são necessárias para devolver aos mineiros dignidade socioeconômica e um panorama financeiro que proporcione mais investimentos em áreas prioritárias como saúde, educação, segurança pública e infraestrutura.

Em 2020, e com muita seriedade, continuaremos enfrentando as dificuldades, cujas soluções demandarão espírito de reciprocidade, cooperação, permanente diálogo e sinergia com essa Casa. Assim, a concretização dos importantes marcos regulatórios que viabilizarão a necessária integridade fiscal dependerá dos esforços conjuntos de todos os Poderes.



2020 será, portanto, um ano de importante transição para os mineiros. Será o ano da Reforma da Previdência, do Regime de Recuperação Fiscal e de atenção especial aos mineiros e mineiras que mais necessitam do Estado. Apenas com austeridade e eficiência poderemos gastar e investir melhor os recursos públicos; ou seja, alocar menos recursos no aparato estatal para concentrá-los na prestação de serviços e bens essenciais à população.

Conclamo toda a sociedade civil, a iniciativa privada e os Poderes constituídos a participar da construção de uma agenda de desenvolvimento socioeconômico sustentável para Minas Gerais. Apenas com a união de todos teremos um horizonte de esperança.

Renovo aos nobres Parlamentares os votos de uma Sessão Legislativa plena de realizações. E como legítimos representantes do Povo Mineiro, reafirmo com as Senhoras e os Senhores Deputados meu compromisso com a nossa Minas Gerais e com todo o nosso Povo.

Reitero a Vossa Excelência e a todas as Deputadas e Deputados as mais sinceras considerações de estima.

ROMEU ZEMA NETO

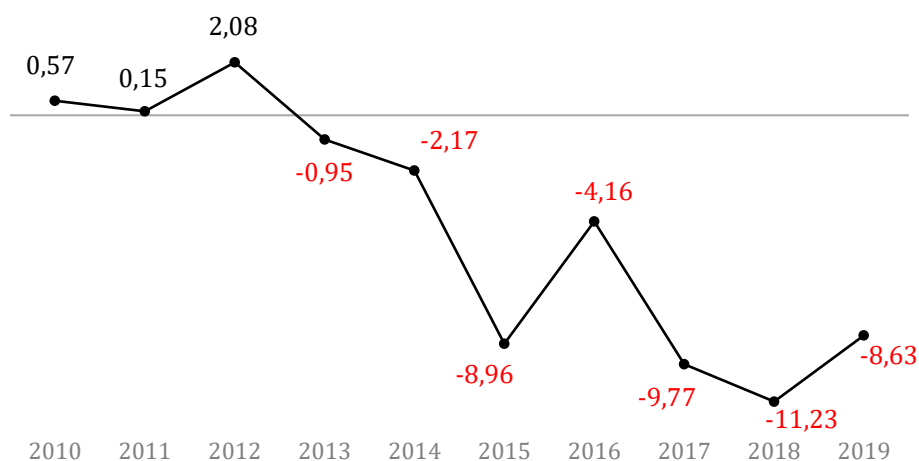
Governador do Estado



1. SITUAÇÃO FISCAL

Como é sabido, o atual governo assumiu o comando do Estado sob uma forte crise fiscal, cujas raízes remetem tanto à recessão econômica vivida pelo país, como à rigidez orçamentária das despesas do Estado e à insuficiência das medidas que vinham sendo tomadas pelos governos anteriores no sentido de combater o déficit das contas públicas. Apesar desse cenário calamitoso, que no ano anterior havia culminado em déficit total da ordem de R\$ 11,23 bilhões e uma projeção inicial de déficit para o ano de 2019 da ordem de R\$ 15,2 bilhões, o fechamento preliminar das contas de 2019 indicam uma redução do déficit para R\$ 8,6 bilhões, resultado ainda melhor do que o apurado no ano de 2017, de R\$ 9,77 bilhões. O Gráfico 1 elucida como, nos últimos anos, os gastos cresceram em ritmo superior ao das receitas, pressionando fortemente as contas públicas, que passaram a exibir uma sequência de resultados fiscais negativos:

**Gráfico 1 - Resultado Orçamentário
(R\$ bilhões)**



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO/SEF)

A melhora na saúde fiscal do Estado somente foi possível mediante um expressivo esforço do governo, não somente em termos do contingenciamento dos gastos, mas também pautado no aumento da entrada de recursos nos cofres públicos. Sob a ótica da arrecadação, no último ano, a receita tributária global atingiu o montante de R\$ 60,3 bilhões, R\$ 2,3 bilhões superior ao estimado na LOA, conforme apresentado na Tabela 1:



Tabela 1 - Receita Tributária 2019 -
Valores Correntes (em R\$ 1.000)

TRIBUTOS	JAN A DEZ		VARIÇÃO LOA (%)	
	LOA	REALIZADO	(R\$)	(%)
ICMS	49.186.674	51.028.731	1.842.057	3,75
IPVA	5.389.013	5.548.729	159.716	2,96
ITCD	808.845	921.287	112.443	13,90
TAXAS SEF	1.339.354	1.372.297	32.943	2,46
MULTAS ISOLADA ICMS	41.937	23.172	-18.765	-44,75
MULTAS E JUROS SOBRE ICMS	484.964	599.880	114.916	23,70
MULTAS E JUROS SOBRE IPVA	309.358	313.710	4.352	1,41
MULTAS E JUROS SOBRE ITCD	34.856	23.889	-10.967	-31,46
DÍVIDA ATIVA DE ICMS	298.303	340.546	42.243	14,16
DÍVIDA ATIVA IPVA	109.925	164.620	54.695	49,76
DÍVIDA ATIVA ITCD	8.214	7.703	-511	-6,23
TOTAL	58.011.443	60.344.564	2.333.121	4,02

Fonte: RMA

Elaboração: DIEF/SAIF/SEF-MG

O desempenho da arrecadação anual do ICMS, principal fonte de recurso próprio do Estado, no período de janeiro a dezembro de 2019, foi de R\$ 51,0 bilhões contra R\$ 48,3 bilhões recolhidos em igual período de 2018 (Tabela 2), o que representa um acréscimo de 5,7% no período, e superior à LOA em 3,7% (Tabela 1).

Tabela 2 - Evolução da Receita Tributária 2018-2019
Valores Correntes (em R\$ 1.000)

TRIBUTOS	2018	2019	%
ICMS	48.276.813	51.028.731	5,70
IPVA	5.069.552	5.548.729	9,45
ITCD	835.572	921.287	10,26
TAXAS SEF	1.246.877	1.372.297	10,06
MULTAS ISOLADA ICMS	34.536	23.172	-32,90



MULTAS E JUROS SOBRE ICMS	416.515	599.880	44,02
MULTAS E JUROS SOBRE IPVA	293.555	313.710	6,87
MULTAS E JUROS SOBRE ITCD	24.642	23.889	-3,06
DÍVIDA ATIVA DE ICMS	400.018	340.546	-14,87
DÍVIDA ATIVA IPVA	115.702	164.620	42,28
DÍVIDA ATIVA ITCD	14.366	7.703	-46,38
TOTAL	56.728.148	60.344.564	6,37

Fonte: RMA

Elaboração: DIEF/SAIF/SEF-MG

Adicionalmente, cabe ressaltar que a recessão econômica vivida pelo país desde 2015, e que trouxe severas consequências fiscais para os entes públicos, apresenta os primeiros sinais de superação, situação que tende a refletir, mesmo que de forma lenta, na arrecadação presente e futura do Estado de Minas Gerais.

Entre 2015 e 2018, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro decresceu, em média, 1,05% ao ano, com impacto desastroso sobre as contas públicas. Contudo, em 2019 e 2020, a expectativa de mercado (Relatório Focus/Banco Central do Brasil) é de que o PIB feche com crescimento positivo de, respectivamente, 1,17% e 2,30%.

Para o quadriênio 2020-2023, a expectativa é de um crescimento anual médio de 2,45% ao ano, situação otimista frente ao cenário vivenciado nos últimos anos e que poderá indicar impactos favoráveis sobre finanças governamentais.

A seguir, Gráfico 2 com a Taxa de variação real ao ano do PIB brasileiro apurado (2011 a 2018) e sua perspectiva (2019 a 2023):



Grafico 2 - PIB Brasil - Taxa de variação real ano (%) - 2011 a 2023

1,2

1

0,8

0,6

0,4

0,2

0

Fonte: IBGE (valores apurados de 2011 a 2018) e Relatórios de Mercado Focus do Banco Central do Brasil de 27/12/2019 (expectativas relativas a 2019) e de 10/01/2020 (expectativas de 2020 a 2023). Disponível em: www.ibge.gov.br e www.bcb.gov.br.

- O percentual apurado em 2019 ainda a ser divulgado pelo IBGE.

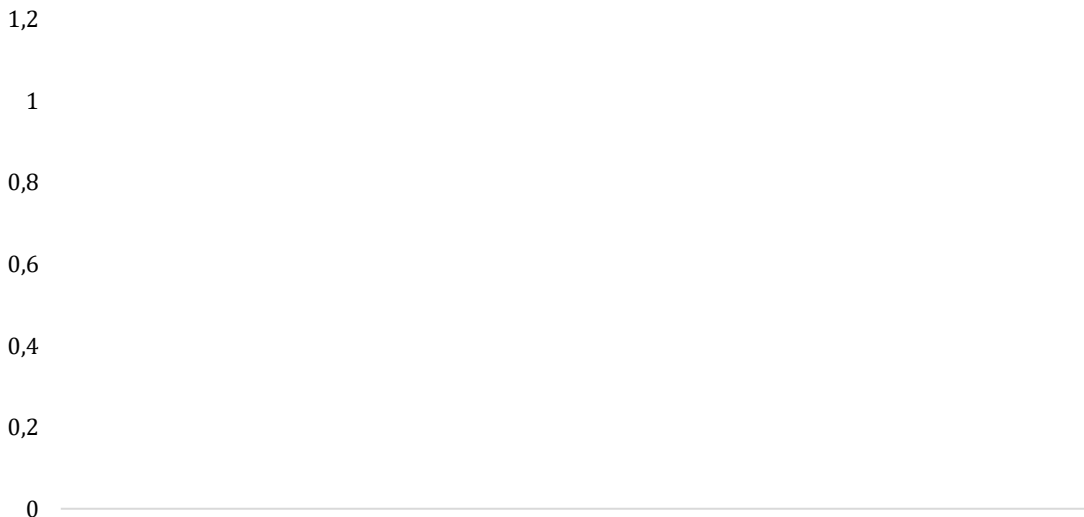
Na mesma direção, o PIB Mundial, segundo dados fornecidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI/World Economic Outlook), manterá taxas significativas de crescimento nos próximos anos. As expectativas apontam crescimento médio real de 3,53% ao ano entre 2020 e 2023, percentual próximo ao verificado entre 2015 e 2018, que foi de 3,57% anualmente.

Esse cenário também é benéfico para as contas públicas, pois uma economia mundial pujante impacta positivamente a economia doméstica, em especial estados agrário-exportadores como Minas Gerais, com externalidades favoráveis às finanças governamentais.

A seguir, o Gráfico 3 demonstra a Taxa de variação real ao ano do PIB Mundial apurado (2011 a 2018) e sua expectativa (2019 a 2023):



Gráfico 3 - PIB Mundo - Taxa de variação real ao ano (%) - 2011 a 2023



Fonte: FMI (World Economic Outlook). Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO>.
- O percentual apurado em 2019 ainda a ser divulgado pelo FMI.

Pelo lado da despesa, por oportuno destaca-se que, ao assumirmos o governo, em primeiro de janeiro de 2019, apuramos a existência de um passivo herdado decorrente de obrigações contraídas pelas gestões passadas, e inscrita em Restos a Pagar, de aproximadamente R\$ 28 bilhões. Inclui-se neste montante até mesmo os valores não pagos do décimo terceiro salário dos servidores referente ao exercício de 2019.

Além disso, a apuração final das contas de 2018 revelou ainda uma série de despesas pendentes no que se refere à aplicação mínima em gastos com saúde e educação e ao repasse de consignados, temas extremamente sensíveis à população e ao funcionalismo. Assim, no decorrer do exercício, nos empenhamos fortemente em honrar tais obrigações, negociando o pagamento com os diversos setores a partir da organização do fluxo de caixa e projeção de novas arrecadações que pudessem financiar tais despesas.

Nesse sentido, foram quitados aproximadamente R\$ 9,6 bilhões de Restos a Pagar, incluindo o pagamento integral de todo o 13º do funcionalismo referente ao exercício de 2018, o qual foi garantido até o mês de outubro último, antes da escala prevista. Outro ponto importante refere-se à negociação, junto à Associação Mineira dos Municípios (AMM), do passivo do Estado relativo a repasses do ICMS, IPVA e FUNDEB – deste, R\$ 6 bilhões de débitos deixados pela administração passada, relativos aos



anos de 2017 e 2018, e outro R\$ 1 bilhão relativo ao repasse em atraso de janeiro de 2019. Conforme negociação, as parcelas serão pagas de janeiro de 2020 até setembro de 2022. Finalmente, foram empenhados, em 2019, R\$ 984,5 milhões de despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde referente à parcela faltante da aplicação de 2018, de modo a quitar essa obrigação do Estado junto à União e ao povo mineiro.

Também foi possível observar diversas medidas voltadas ao contingenciamento dos gastos, perfazendo tanto iniciativas findadas a desconstituir gastos de pouco ou nenhum valor agregado que vinham sendo despendidos pela máquina pública, bem como iniciativas de análise da efetividade das despesas frente às entregas delas decorrentes. No rol das ações voltadas ao aumento da eficiência da máquina pública, é indispensável destacar o projeto de implementação da metodologia do Orçamento Base Zero (OBZ) no setor segurança. A ferramenta OBZ permite um planejamento orçamentário que privilegia o alinhamento entre os diversos processos do ente público e sua estratégia de gestão dos gastos públicos. A partir da utilização dessa ferramenta, foi possível não somente ter um melhor domínio acerca da priorização das ações sendo desenvolvidas e aumento da efetividade da máquina pública, mas também a identificação de vários gargalos e gastos exorbitantes que estavam muitas vezes inviabilizados diante do tamanho do Estado.

Essa iniciativa foi acompanhada também pela criação do Comitê de Eficiência do Estado de Minas Gerais, grupo piloto voltado ao estudo dos gastos da área de segurança pública que vem produzindo economias expressivas em diversos itens de gasto do ente, tais como com alimentação de apenados, aquisição de munição, galões de água, rações para cachorros, alugueis, dentre outros.

A despeito do diagnóstico inicial apresentar pontos positivos, é necessário que a crise financeira continue sendo avaliada e enfrentada com muito trabalho e responsabilidade pelo Governo, com vistas à recuperação fiscal do Estado. Nesse sentido, não podemos nos furtar de observar o constante crescimento das despesas de caráter obrigatório, decorrentes de determinação legal. Ajustes efetivos nestas despesas requerem, via de regra, alterações na legislação estadual e/ou federal vigentes, o que demanda certo tempo. Entre estas despesas figuram, por exemplo, os gastos constitucionalmente vinculados às áreas de Saúde e Educação, cuja associação direta à arrecadação estadual restringe ajustes no sentido da contenção do gasto.

Outro grupo de despesa que consome parcela expressiva do orçamento são os gastos com o pagamento da folha de pessoal do Estado. Essa despesa, apesar de apresentar caráter majoritariamente



incomprimível decorrente da estabilidade de que goza o funcionalismo público, apresentou importante melhora no último ano, com ‘milhões em relação ao executado em 2018. Tal contenção foi viabilizada, em grande medida, pela reforma administrativa concretizada ainda no primeiro semestre de 2019 (Lei nº 23.304 de 30/05/2019). Conforme aprovado, as Secretarias de Estado foram reduzidas de 21 para 12, com compressão da estrutura interna, a exemplo da supressão do cargo de secretário-adjunto em diversas Secretarias, extinção de cargos em comissão, gratificações e funções gratificadas.

Tal resultado se refletiu também na apuração da participação da despesa de pessoal na Receita Corrente Líquida, um dos mais importantes indicadores definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual registrou melhora de aproximadamente 8,2 pontos percentuais em relação ao apurado no período anterior. Embora as medidas para redução da despesa com pessoal tenham sido importantes, o fator que melhor explica a melhora no índice é o aumento da Receita Corrente Líquida, cujo crescimento nominal foi de 12,05%.

No entanto, é importante destacar que a situação ainda está longe de ser confortável, especialmente se olharmos para o crescimento das despesas previdenciárias. A concessão de reajustes a determinadas carreiras do funcionalismo nos últimos anos com impactos também sobre a folha de inativos, a variação do teto do funcionalismo público em 2019, além do aumento expressivo do número de aposentadorias representaram um crescimento das despesas previdenciárias do Estado da ordem de R\$ 14,8 bilhões entre 2011 e 2019, valor correspondente ao triplo do crescimento da receita previdenciária, que variou R\$ 3 bilhões no mesmo horizonte. Tais fatores culminaram no déficit previdenciário da ordem de R\$ 18,7 bilhões em 2019, valor este 2 vezes superior ao déficit fiscal apurado no mesmo exercício. Assim, é importante que tenhamos em mente a importância do tema e o peso que ele exerce sobre nosso resultado orçamentário, de modo a tentarmos, em 2020, uma união de esforços para adequação do nosso Regime Próprio de Previdência às novas regras previdenciárias aprovadas pelo Governo Federal.

**Tabela 3 - Déficit do Regime Próprio de Previdência Social no Governo de Minas Gerais (R\$ bilhões)**

Ano	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Déficit
2011	3,1	9,9	6,8
2012	4,6	11,4	6,8
2013	4,4	12,7	8,3
2014	5,4	14,7	9,3
2015	9,6	18,4	8,8
2016	5,4	20,3	14,9
2017	5,5	22,0	16,5
2018	5,9	23,2	17,3
2019	6,0	24,7	18,7

Fonte: Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO/SEF)

Finalmente, é importante destacarmos aqui a evolução das despesas com o pagamento da dívida pública. O comportamento da Dívida Pública Fundada Estadual, entre as posições de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019, apresentou um crescimento de 7,15% no endividamento total, passando de R\$ 113,71 bilhões para R\$ 121,89 bilhões. Em termos monetários, a dívida cresceu R\$ 8,17 bilhões no período, conforme apresentado na Tabela 5.

A dívida fundada de Minas Gerais é composta majoritariamente pela dívida interna, que representa 88,07% de seu total, de acordo com a posição apurada em 31 de dezembro de 2019. Destaca-se, ainda, no perfil desta dívida, o montante do saldo devedor do contrato de Refinanciamento de Dívida com a União Federal ao amparo da Lei Federal nº 9.496/97, que representa 76,87% do endividamento total.



**Tabela 5 - Estoque da Dívida Fundada Estadual - Minas Gerais
(Posição 31/12/2018 e 31/12/2019, em R\$ milhões)⁽¹⁾**

Discriminação	2018	2019	Variação em milhões R\$ 2018-2019	Taxa de Crescimento (%) 2018/2019	Participação Relativa (%) 2019
I - Dívida Interna	100.175,31	107.338,75	7.163,44	7,15%	88,07%
Refinanciamento Dívida com a União Federal (Lei 9496/97)	87.738,71	93.688,73	5.950,02	6,78%	76,87%
Indexada ao Câmbio	9.045,74	10.029,10	983,36	10,87%	8,23%
Outras Dívidas	3.390,86	3.620,91	230,05	6,78%	2,97%
II - Dívida Externa	13.536,08	14.546,72	1.010,64	7,47%	11,93%
III - Total (I + II)	113.711,40	121.885,47	8.174,07	7,19%	100,00%

Fonte: Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública/SCGOV/STE

Nota 1: A apuração dos saldos dos contratos da dívida interna e externa levou em consideração a soma do passivo circulante com o passivo não circulante.

O aumento observado no período ocorreu, principalmente, em função do não cumprimento de obrigações financeiras decorrentes de Contratos de Operações de Crédito que possuem Garantia da União e do Contrato firmado com a União ao amparo da Lei Federal nº 9.496, de 11/09/1997. Durante o exercício de 2019, o Estado deixou de pagar aproximadamente R\$ 7,85 bilhões de dívida, sendo: R\$ 2,85 bilhões referentes a parcelas de contratos garantidos pela União e R\$ 5 bilhões de parcelas do contrato da Lei nº 9.496/97. Considerando os encargos de mora e a atualização dos valores honrados pela União pelo custo de captação do Tesouro Nacional durante o exercício de 2019, o montante registrado no passivo circulante e computado no saldo da dívida total atingiu R\$ 8,2 bilhões.

Por força de liminares deferidas pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito de Ações Cíveis Originárias movidas pelo Estado em face à União, a execução das contragarantias vinculadas para pagamentos de quantias que a União dispender em decorrência de inadimplência do Estado no que tange ao cumprimento dos contratos de operações de crédito está suspensa até o julgamento de mérito das ações.

No que se refere às perspectivas futuras, o cenário para 2020 ainda é de enfrentamento de resultados deficitários. A Lei Orçamentária Anual (LOA) 2020 estima uma receita total de R\$ 97,2 bilhões, frente a uma despesa fixada de R\$ 110,5 bilhões, resultando em um déficit nominal esperado de R\$ 13,3 bilhões. No que diz respeito ao resultado previdenciário, o orçamento de 2020 traz a expectativa de um déficit de R\$ 19,1 bilhões para o exercício. A apresentação de tal cenário revela que,



apesar da sinalização de recuperação ocasionada pelo esforço despendido pela atual gestão no último exercício, a análise ainda é de que a melhor estratégia para o ajustamento do cenário de crise fiscal seria a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal previsto pela Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

Com efeito, tendo identificado a grave situação de desequilíbrio fiscal e financeiro logo no início desta gestão, o governo do Estado iniciou tratativas com o governo federal, recebendo missão técnica do Tesouro Nacional em janeiro de 2019, e apresentando informações que viabilizaram a elaboração de diagnóstico pelo referido órgão, documento inicial necessário para o reconhecimento do atendimento aos requisitos de elegibilidade ao Regime.

Ainda no decorrer do primeiro semestre de 2019 foi elaborado cenário base pelo Estado de Minas Gerais, consistente na avaliação dos fluxos de caixa mensais incorridos em histórico recente, e na realização de projeções baseadas no desdobramento de receitas e despesas previstas, desconsiderada a implementação de quaisquer medidas de ajuste. Tal documento é o segundo instrumento indispensável para o processo de adesão ao regime, uma vez que serve como parâmetro de comparação para mensuração dos efeitos esperados com sua implementação.

Paralelamente, no decorrer de todo o exercício, foram preparadas minutas de legislação (Emendas à Constituição do Estado, minutas de leis complementares e de leis ordinárias) necessárias para adesão ao Regime, constantes no art. 2º, §1º, I, da LC 159/2017. Tais minutas foram apresentadas aos Poderes e lideranças do Estado em setembro de 2019, restando acordado o encaminhamento de 03 (três) projetos de leis à ALMG, em outubro de 2019, consubstanciados nos PL nº 1202/2019, relativo à adesão ao Regime, PL nº 1203/2019, relativo à desestatização da CODEMIG, e PL nº 1205/2019, relativo a cessão de direitos relacionados à CODEMIG. Este último projeto de lei foi aprovado, resultando na publicação da Lei nº 23.477, de 05 de dezembro de 2019.

Enquanto tramitam na ALMG, diversas outras medidas vêm sendo providenciadas, tais como a avaliação permanente da situação fiscal do Estado, atualização dos instrumentos relativos ao cenário base, minutas de normas, e projeção de cenários ajustados (com a incorporação das medidas esperadas com a adesão ao Regime).



2. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

As principais realizações do governo no ano de 2019 estão elencadas abaixo, de acordo com os Setores de Governo:

Advocacia-Geral do Estado

A Advocacia-Geral do Estado (AGE), no âmbito de sua atividade finalística de contencioso judicial, obteve vitórias importantíssimas para os interesses o Estado de Minas, dentre elas: liberação de valores para o ressarcimento dos gastos emergenciais efetuados pelo Estado em função do rompimento da barragem B-I, integrante do complexo minerário denominado Paraopeba - Córrego do Feijão, além de garantir o pagamento de indenizações emergenciais aos atingidos, com impacto que já alcança o ingresso de valores da ordem R\$2,3 bilhões; negociação com a Associação Mineira de Municípios (AMM) para pagamento de R\$ 7bilhões em recursos relativos a repasses do ICMS, IPVA e Fundeb, sendo R\$6 bilhões de débitos deixados pela administração passada, relativos aos anos de 2017 e 2018, e outro R\$1 bilhão relativo ao repasse em atraso de janeiro de 2019, alcançando o total de 845 municípios, sendo 822 já homologadas, permitindo um retorno da programação financeira dos caixas municipais, imprescindíveis para a prestação de serviços em âmbito local; obtenção perante o STF de liminares em ações civis originárias com o fulcro de determinar o desbloqueio de valores, a obrigação de não bloquear, bem como a suspensão da execução de contragarantias sem o devido procedimento administrativo, com contraditório, e a inscrição do Estado em cadastros de devedores, garantindo um fluxo de recursos da ordem de R\$3,4 bilhões em 2019 e certamente alcançarão mais de R\$10 bilhões em 2020.

Destaca-se, também, que a atuação judicial da AGE possibilitou que o Estado mantivesse sua opção de proceder à abertura de capital da CODEMIG e à posterior alienação de suas ações. Além do mais, foi considerada lícita a criação da CODEMGE, possibilitando a futura operação de alienação dos direitos creditórios de exploração do Nióbio. Quanto à arrecadação da dívida ativa, totalizou mais de R\$547 milhões. Destaca-se que se referem à arrecadação da dívida ativa não tributária ambiental R\$14 milhões, sendo de 106% o aumento da arrecadação de tal segmento. Também foram encaminhadas para protesto extrajudicial 408.928 Certidões de Dívida Ativa (CDA's). Além de aumentar a recuperação da dívida ativa, dado que a cobrança alternativa do crédito tributário é mais eficiente, representou uma



economia para o Estado no custeio das eventuais ações judiciais, bem como um enorme desafogamento do Poder Judiciário.

Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), foram realizadas entregas de 1.010 títulos de Regularização Fundiária Rural em 28 municípios, no período de junho a dezembro de 2019. A pasta também avançou ao realizar a digitalização dos processos de Regularização Fundiária Rural, que antes eram feitos em meio físico. Outra conquista da secretaria foi o investimento de R\$3,5 milhões do Programa de Revitalização de Sub-bacias Hidrográficas do Rio São Francisco, realizado através de parceria com Emater-MG e o Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf). O programa alcançou 26 municípios e beneficiou 2,4 mil famílias na implantação de 5.801 barraginhas; 350 quilômetros de terraços; 37 quilômetros de estradas vicinais adequadas ambientalmente; 43 nascentes e 2,5 quilômetros de matas ciliares e de topo de morro protegidos.

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG) destacou-se no ano com a sanção da Lei nº 23.534, que reconhece a empresa como de relevante interesse social e econômico do Estado devido às suas políticas sociais e ambientais. Dentre as ações estão a certificação de produtos agropecuários, o Circuito Mineiro da Cafeicultura, a realização do Concurso Estadual do Café e do FrutificaMinas, o programa Pró-Genética, ações relacionadas à Segurança Hídrica e Sustentabilidade Ambiental, o Projeto de Revitalização do Rio São Francisco e de Zoneamento Ambiental Produtivo (ZAP). Também foram elaborados 16.054 projetos para crédito rural, com um montante de aplicação de R\$842.576.578, sendo que por meio do Correspondente Bancário (Coban) foram realizadas 7.696 operações que totalizaram R\$337,5 milhões aplicados.

A Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig) executou 219 projetos de pesquisa e foram geradas 116 tecnologias, a exemplo de cultivares (banana, café e mamão) adaptadas aos diversos biomas e desafios sanitários de Minas Gerais. Para divulgar seus resultados, a Epamig publicou mais de 40 materiais e promoveu mais de 1.000 eventos técnico-científicos. Entre os eventos realizados pela empresa, destacam-se o “Expocafé” e “Minas Láctea”. A empresa realizou a disponibilização de insumos qualificados aos produtores, como mudas, sementes e



matrizes/reprodutores bovinos da raça Gir Leiteiro, oriundos dos programas de melhoramento genético da Epamig e de parceiros.

O Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) realizou no ano um total 39.806 fiscalizações de Vigilância Sanitária Animal, 22.310 ações de Vigilância Sanitária Vegetal e 109.748 fiscalizações de trânsito de animais e vegetais, além de 18.130 análises laboratoriais, a fim de monitorar a sanidade animal, a sanidade vegetal e produtos agropecuários no Estado de Minas Gerais, garantindo a saúde da população. Além das análises, destaca-se a reforma para modernização do Laboratório de Saúde Animal e a atuação frente ao desastre ocorrido em Brumadinho. O Instituto realizou ações voltadas ao controle populacional de morcegos hematófagos e, principalmente, o monitoramento de resíduos de metais pesados em animais terrestres de produção e em peixes de cultivo.

Controladoria-Geral do Estado

A Controladoria Geral do Estado (CGE) conseguiu zerar seu passivo de acesso à informação, com 100% dos pedidos de acesso à informação respondidos, além de garantir atualmente que 62 órgãos e entidades estejam inseridos no Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC).

Com a campanha de Integridade, o órgão conseguiu mobilizar todos os órgãos do executivo estadual e mais de 10 órgãos de outros poderes, estados e municípios, além de finalizar 7 Planos de Integridade e dar andamento em outros 7 planos. No ano de 2019, a CGE recebeu 530 denúncias relacionadas à Educação, Saúde e Segurança, e alcançou um aumento de 300% no número de julgamentos, e consequente aumento de 150% nas demissões relacionadas à corrupção.

O órgão também executou 21 trilhas de Auditoria, com 11.261 indícios encontrados, R\$32.105.444,32 de benefício financeiro potencial mensal apurado e quase R\$25 milhões de benefícios já alcançados. Por fim, o programa “CGE Capacita” realizou mais de 100 capacitações no ano, com mais de 800 horas de conteúdo e mais de 8.500 pessoas capacitadas no estado.

Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais

O ano de 2019 foi marcado por uma tragédia que ocorreu na cidade de Brumadinho, localizada na região metropolitana de Belo Horizonte. O rompimento da barragem contendo rejeitos de processamento de minério, que se estendeu por aproximadamente 10 km lineares e por uma área de 4



km², levou ao trabalho conjunto de diversas agências garantindo que nas primeiras 24 horas após o desastre, 192 pessoas fossem resgatadas com vida.

A tragédia, que depois se revelou como a maior operação de busca e salvamento da história do Corpo de Bombeiros, mudou a dinâmica, organização logística e de recursos humanos de toda a Corporação. Durante 356 dias de operação, cerca de 140 bombeiros militares foram empregados por dia, com o auxílio de 150 máquinas, sendo 845 casos já entregues à Polícia Civil para providências. Desses casos, em um total de 270 vítimas, conforme lista fornecida pela Polícia Civil, 259 pessoas foram identificadas e 11 continuam desaparecidas, ou seja, uma margem de 96% de casos resolvidos.

A expertise dos bombeiros em ações de resposta aos desastres, possibilitou prestar auxílio às vítimas do ciclone Idai, que atingiu Moçambique, na África. O ciclone provocou mais de 750 mortes em Moçambique, Zimbábue e Malawi. Aproximadamente 2,5 milhões de pessoas foram diretamente afetadas e as inundações decorrentes do fenômeno atingiram também Madagascar e África do Sul. Após acionamento do Governo Federal, com interlocução da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) enviou 25 militares para prestar auxílio em atuação de ajuda humanitária àquele país, por 74 dias em duas operações de busca, salvamento e gestão do desastre.

O dever de salvar e a competência dos bombeiros possibilitou ao CBMMG prestar auxílio à União em favor do Brasil durante os incêndios florestais que assolaram grande parte do território da Amazônia. A Corporação foi mobilizada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, para apoio às ações de prevenção e combate a incêndio florestal na Amazônia Legal, em apoio às Forças Armadas e Órgãos Ambientais Federais. Durante a operação que durou 15 dias, 20 bombeiros foram empregados, levando equipamentos de combate à incêndios florestais, drones de monitoramento, tecnologias de geoprocessamento e aparelhos GPS (Sistema de Posicionamento Global).

O Corpo de Bombeiros também realizou a Operação Alerta Vermelho em diversas regiões do Estado. A operação consiste em vistoriar e fiscalizar estabelecimentos quanto à Segurança Contra Incêndio e Pânico. Durante a fiscalização, os usuários dos locais são orientados sobre os procedimentos para a regularização da edificação e quanto à utilização das medidas de segurança contra incêndio e pânico. A ação tem como objetivo garantir a segurança das pessoas e a prevenção de incêndios. Ao todo foram vistoriadas em 8.628 edificações no Estado, dentre elas 1.878 hospitais, 1.810 empresas, 1.734



escolas, 1.380 hotéis, 1.629 postos de combustíveis e 197 presídios. Durante a fiscalização, foram constatadas 5.320 edificações irregulares e 3.308 regulares. Também foi desenvolvido o Infoscip – Sistema de Informações Contra Incêndio e Pânico, onde são realizados no ambiente virtual todo o trâmite, cadastramento e liberação dos Processos de Segurança Contra Incêndio e Pânico. A medida possibilitou a simplificação dos processos, fornecendo meios versáteis de consultas, solicitações e outros serviços facilitadores para o processo de segurança contra incêndio e pânico, dando ainda maior celeridade para regularização das edificações. Atualmente, o sistema atende todos os municípios do Estado, contemplando 21.040.662 pessoas beneficiadas pelo projeto.

Com base na Lei Estadual nº 22.839 e respaldado pela Portaria 33, o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais iniciou o credenciamento de empresas e de pessoas que exerçam atividades auxiliares, além de executar fiscalização para cumprimento das prescrições legais. O objetivo é fortalecer estes atores, valorizar os profissionais e voluntários, que serão capacitados conforme requerimento de credenciamento encaminhado da Diretoria de Atividades Técnicas (DAT). O Controle das atividades auxiliares possibilitou que durante o ano de 2019, o credenciamento de 971 pessoas físicas para brigadistas, guarda-vidas e instrutores de brigada, além do cadastramento de 109 pessoas jurídicas, como centros de formação e equipes voluntárias de Atendimento Pré-hospitalar (APH). Essa ação pioneira do CBMMG cria a possibilidade de formação de brigadas municipais para cidades de até 30 mil habitantes.

Cultura e Turismo

No ano de 2019, a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (SECULT) criou a Marca de destino turístico de Minas, que representa a identidade do Estado e passa a integrar uma série de políticas e ações, como a promoção dos atrativos e roteiros, participação em feiras e eventos e cursos e capacitações voltados a agentes e operadores de turismo.

Outra importante atuação do órgão foi o lançamento de três editais do programa “Minas de Culturas Populares” em Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha que, por meio do Fundo Estadual de Cultura (FEC), representam juntos um investimento de R\$2,5 milhões em projetos culturais de pessoas físicas e de prefeituras municipais ou entidades conciliadas. O edital traz como inovação o critério de distribuição dos recursos, que permitirá que cidades que tradicionalmente recebem menos investimentos



públicos na área cultural possam mais chances de ser contempladas, sendo levado em consideração sua pontuação no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

A Orquestra Filarmônica realizou 100 apresentações na Sala Minas Gerais, em praças da região metropolitana de Belo Horizonte e no interior do estado, alcançando um total de 122 mil telespectadores em suas apresentações. O grupo também promoveu este ano várias edições dos Concertos Didáticos, apresentações gratuitas dedicadas a estudantes do ensino fundamental e médio e instituições sociais, contando com a participação de mais de 7 mil alunos.

A Fundação Clóvis Salgado (FCS) conseguiu alcançar diretamente mais de 503 mil pessoas através das atividades do Palácio das Artes, Câmara Sete (Casa da Fotografia de Minas Gerais) e Serraria Souza Pinto, além de promover a democratização da oferta cultural com 75% das atividades gratuitas ofertas pelos coros artísticos da instituição. A Fundação conseguiu ainda, em parceria com a Cemig, realizar melhorias no Grande Teatro Cemig Palácio das Artes, que passa a ter esse nome devido ao acordo de patrocínio firmado.

O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG) reabriu para visita pública a Fazenda Boa Esperança, em Belo Vale, a qual recebeu mais de 5 mil visitas até novembro de 2019. A visitação do Palácio da Liberdade foi ampliada, alcançando aproximadamente 25 mil visitantes no ano, e o Circuito Liberdade alcançou a marca de 2 milhões de visitantes ao longo de 2019. O instituto também concluiu a restauração da Capela de Nosso Senhor dos Passos, no distrito de Córregos, em Conceição do Mato Dentro.

A Fundação de Arte Ouro Preto (FAOP) ofertou para a população mais de 70 cursos de formação, qualificação profissional e aperfeiçoamento artístico cultural através do seu Núcleo de Arte. A entidade também entregou 56 obras restauradas e deu andamento em outros 134 trabalhos de restauração, que incluem esculturas, pinturas de cavalete e papel, onde mais de 20 comunidades foram contempladas. A Galeria de Arte Nello Nuno promoveu 13 exposições gratuitas ao público, recebendo mais de 4 mil visitas. Além dessas entregas, a Fundação realizou 887 atendimentos à comunidade através da Biblioteca Pública Estadual Murilo Rubião, contando com um acervo que ultrapassa 9 mil exemplares literários.



Desenvolvimento Econômico

Em 2019, a Secretaria de Estado Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (SEDE) e o Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais (INDI) atraíram R\$55,93 bilhões de investimentos por meio de protocolos de intenção e termos aditivos. Esses investimentos atenderam 81 projetos formalizados com estimativa de 23.023 empregos diretos a serem gerados em Minas Gerais.

A Secretaria também ampliou 76,8% da capacidade de geração de energia fotovoltaica no incremento de 391,8MW no ano, fazendo com que a capacidade de geração deste tipo de energia em Minas Gerais chegasse em 901,8MW no final de 2019, além da simplificação do licenciamento de usinas fotovoltaicas que contribuirá ainda mais para a ampliação da geração de energia fotovoltaica nos próximos anos.

Outra importante conquista da pasta é o fortalecimento do artesanato mineiro, onde a realização de eventos e atendimento de artesãos mineiros promoveu aproximadamente R\$2,8 milhões em negócios gerados.

Por fim, a ARMVA (Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço) apresentou e conseguiu aprovar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) da Região Metropolitana do Vale do Aço.

Desenvolvimento Social

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese) colocou em dia, mesmo que de forma parcial, o repasse do Piso Mineiro de Assistência Social. Em 2019, foram transferidos R\$21,5 milhões aos municípios mineiros, referentes às parcelas de janeiro a novembro. Houve ainda a regularização do pagamento destinado às 45 unidades de Casas Lares no estado, para as quais foram liberados mais de R\$6 milhões em 2019. Ademais, as entidades socioassistenciais beneficiadas pelo programa Rede Cuidar receberam R\$11 milhões, dos quais R\$500 mil foram destinados às entidades do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM).

Para o fortalecimento da rede de atendimento à mulher, a Sedese garantiu a Criação do Grupo de Trabalho Interinstitucional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que qualificou e mapeou a rede de atendimento às mulheres em situação de violência na capital. O modelo deverá ser replicado em todas as regiões do estado. Além disso, a Secretaria reestruturou o Conselho Estadual da Mulher



(CEM), com a nomeação de novas conselheiras, e fez a recomposição de pessoal do Centro Risoleta Neves de Atendimento à Mulher (Cerna), que recebeu quatro novas profissionais. Além disso, a Escola de Formação em Direitos Humanos tem permitido a oferta de cursos de capacitação e atualização tanto para agentes públicos estaduais e municipais, quanto para estudantes e sociedade civil em geral, com a disponibilização de mais de 32 mil vagas em 2019.

Foi sancionada a Lei Estadual Nº 23.475/2019, que institui o Fundo Estadual do Trabalho de Minas Gerais (FET). A partir da criação do fundo, os repasses federais para a Política de Trabalho e Emprego passarão a ocorrer exclusivamente fundo a fundo. Dessa forma, a Sedese garantiu o fluxo necessário para o repasse dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para o financiamento de programas e projetos nas áreas de trabalho, emprego e geração de renda e para a manutenção das 133 unidades do Sistema Nacional de Emprego (Sine) em Minas. Por meio da atuação do Sine em 2019, 32.898 trabalhadores foram colocados no mercado de trabalho.

O programa ICMS Esportivo, que busca distribuir uma cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), pertencentes às cidades mineiras, para a promoção de políticas públicas voltadas ao esporte, repassou aos municípios que possuem Conselhos Municipais de Esportes ativos cerca de R\$9,6 milhões em 2019. Ademais, com a participação de 40.673 estudantes-atletas, os Jogos Escolares de Minas Gerais (Jemg) 2019 tiveram recorde de municípios inscritos neste ano: 839. Já o número de cidades participantes chegou a 686, alcançando 1.987 escolas.

A Secretaria trabalhou ainda na articulação intersetorial para o planejamento, a coordenação e o acompanhamento compartilhado das políticas sobre drogas, integrando as redes governamentais e não governamentais. As ações vão desde a prevenção, cuidado/tratamento e reinserção social e produtiva, bem como a descentralização de programas, projetos e ações aos municípios, promovendo a indução de políticas sobre drogas em todo o Estado. Em 2019, as ações realizadas pelo Centro de Referência Estadual em Álcool e outras Drogas (Cread), tais como palestras, capacitações, grupos de apoio e Cine Comunidade, contaram com mais de 9 mil participantes. Ademais, foram disponibilizadas 4.569 vagas no eixo de cuidado/tratamento, por meio de parcerias com a Rede Complementar de Suporte Social na Atenção ao Dependente Químico.



Educação

No que tange ao setor Educação, em 2019, 771 escolas foram contempladas no Mãos à Obra, em 356 municípios distintos, totalizando um investimento previsto de R\$123.136.221,92.

Com a Campanha de Busca Ativa, 15 mil estudantes retornaram aos estudos. Já o programa de Reforço Escolar, atendeu 114 mil alunos para fortalecimento da aprendizagem.

Em parceria com o terceiro setor, 256 escolas do Ensino Fundamental foram atendidas quinzenalmente com o método de Gestão Integrada da Educação Avançada, beneficiando 111.781 estudantes. Também por meio de parcerias, 1.287 Escolas do Ensino Médio foram contempladas com ações para melhoria da gestão escolar.

Durante o exercício, 11.633 estudantes foram matriculados no Ensino Médio Integral e sua expansão ocorrerá a partir de 2020.

No campo da valorização profissional, foram nomeados 2.912 servidores no quadro da Educação. Capacitação com o método de Gestão Integrada da Educação Avançada, em parceria com a Fundação de Desenvolvimento Gerencial para o Ensino Fundamental, para 796 profissionais e 564 atores do Ensino Médio foram capacitados no Circuito de Gestão e Pacote Pedagógico a fim de melhorar a gestão escolar.

Fazenda

A Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) apresentou um incremento da Receita Tributária acima da meta estabelecida. A meta interna estabelecida de R\$59,52 bilhões, foi superada em R\$824,32. Esse desempenho representou um percentual nominal 8,96% superior à receita tributária ajustada de 2018.

Houve, também, modernização do Processo Administrativo Tributário Mineiro, que proporciona maior comodidade ao contribuinte, permitindo o recebimento das intimações, apresentação de recursos e juntada de documentos, saneamento de pendências, bem como consulta aos despachos e andamento do processo, tudo em tempo real, via internet.

A implantação da Nota Fiscal ao Consumidor eletrônica (NFC-e) trouxe ganhos tanto para os contribuintes como para os consumidores. Os contribuintes observaram a flexibilidade na expansão de PDV sem a autorização do Fisco, a redução significativa do gasto com papel, a transmissão em tempo real da NFC-e e o uso de tecnologias de mobilidade e a integração de sistemas. Os consumidores, por sua vez, obtiveram a possibilidade de consulta em tempo real do documento fiscal, a segurança quanto



à validade e autenticidade da transação comercial e a possibilidade de receber o DANFE da NFC-e por e-mail ou SMS. Em 2019, de março a dezembro foram emitidos 525 milhões de documentos.

É possível destacar, também, a regularização de vários passivos herdados de governos anteriores, que viabilizaram a obtenção da CND após 14 meses. Dentre as regularizações efetuadas, destacam-se: de repasses aos municípios e acordo junto a Associação Mineira de Municípios (parcelamentos atrasados R\$7,0 bi a partir de 2020); do fluxo de caixa dos pagamentos dos tributos federais tais como INSS e PASEP, na ordem de R\$917 milhões; pagamento de precatórios de 2017 e 2018 (2017 e 2018 e início de pagamento de 2019, restando aproximadamente R\$150 milhões); pagamento dos consignados dos servidores; repasses ao IPSM e IPSEMG em 2019 (ainda há passivos de R\$2,4 bilhões); repasse do Programa Estadual de Transporte Escolar.

Ademais, houve a conclusão das etapas, a cargo da SEF, de desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão Governamental (GRP), um software de solução sistêmica única, integrada e padronizada, para operacionalização dos processos corporativos da gestão pública do Estado de Minas Gerais.

Gabinete Militar

Em 2019, ocorreu a realização de reestruturação interna do Gabinete Militar do Governador de Minas Gerais com adequação da estrutura funcional e redução de 17% do efetivo. Esta redução foi compensada com forte investimento na especialização e aprimoramento do servidor, os quais participaram de mais 430 cursos/capacitações. Foram captados recursos suplementares, no total de R\$10.850.000,00 (dez milhões, oitocentos e cinquenta mil reais), que foram destinados à aquisição de água potável para o semiárido mineiro, renovação da frota e equipamentos de segurança para o GMG/Cedec, bem como treinamentos para o efetivo do órgão. Com foco na gestão eficaz, o GMG/Cedec promoveu uma revisão em seus contratos, economizando aproximadamente R\$3 milhões em 2019.

A potencialização da Aviação do Estado com a disponibilização das aeronaves do governo para atendimento de demandas de outras áreas como saúde e segurança pública, colaborou para que o MG Transplantes ganhasse prêmio nacional como órgão que mais ampliou a captação de órgãos no Brasil em 2019. Houve um aumento de 1.200% dos voos relacionados à Segurança Pública e aproximadamente 180% de aumento nos voos relacionados ao MG Transplantes e a redução em 60% nos voos do



Governador e Vice-Governador em relação ao ano anterior. O GMG/Cedec promoveu ainda o leilão da aeronave Learjet35 proporcionando uma receita aos cofres públicos de R\$2.226.710,00 e a economia estimada de R\$1.300.000,00, que seriam necessários para a manutenção desta aeronave.

Com foco na utilização responsável dos recursos disponíveis, durante o ano de 2019 houve redução de 96,4% nas despesas da residência oficial do governador em comparação com os gastos relacionados ao Palácio das Mangabeiras, poupando aproximadamente R\$2.200.000,00. Houve ainda a redução de 66% das despesas com alimentação e cozinha, aproximadamente R\$1.100.000,00.

Visando contribuir para o desenvolvimento da cultura e educação, o GMG/Cedec proporcionou a abertura do Palácio da Liberdade para visitas públicas e gratuitas, em parceria com as Secretarias de Cultura e Educação. Mais de 100 escolas, cerca de 5.000 alunos e 20 mil pessoas realizaram visitas ao Palácio em 2019. Visando potencializar ainda mais o turismo, o GMG/CEDEC, em parceria com a Polícia Militar, implementou a solenidade de Troca da Guarda do Palácio da Liberdade, sempre às 10:00 dos primeiros domingos de cada mês, passando a integrar as atrações do Circuito Cultural da Praça da Liberdade.

Na área de Defesa Civil, o GMG/CEDEC promoveu a capacitação de 1.477 pessoas em 337 municípios em 2019, visando ampliar e potencializar a atuação dos gestores regionais e municipais nas ações de gestão do risco de desastre e gestão do desastre. Também foram atendidas mais de 26 mil famílias, aproximadamente 104 mil pessoas que receberam água potável em 77 municípios atingidos pela seca/estiagem. O Órgão também distribuiu quase 14 mil cestas básicas para as famílias que vivem nos municípios que decretaram situação de emergência.

Governo

A Secretaria de Estado de Governo (Segov), por intermédio do Tribunal de Justiça, celebrou junto à AMM um acordo para o pagamento dos repasses do ICMS, IPVA e Fundeb de R\$6 bilhões relativos aos anos de 2017 e 2018, e outro R\$1 bilhão relativo a janeiro de 2019. Além dessa conquista, em outubro de 2019 o Governo do Estado iniciou o processo de Reforma Fiscal, enviando o projeto intitulado “Todos por Minas” para a ALMG com uma série de ações voltadas à recuperação financeira de Minas Gerais.

O grande destaque do ano foi a aprovação da lei de reforma administrativa do Estado, que reduziu de 21 para 13 o número de secretarias. A reforma ainda estabeleceu a redução do número de



cargos comissionados, o que permitiu a economia de R\$30 milhões na administração direta e R\$56 milhões na administração indireta. No total, houve redução de 46% das estruturas internas no Estado.

Infraestrutura e Mobilidade

No ano de 2019 foi estruturado e lançado o Programa Estadual de Concessões Rodoviárias que possibilitará investimentos de aproximadamente R\$7 bilhões, impactando diretamente cerca de 115 municípios e acarretando um aumento de aproximadamente 32% do PIB do Estado de Minas Gerais

Foi criado o Escritório de Mobilidade, com o objetivo de promover o alinhamento e a catalisação das ações da administração direta e indireta destinadas ao aprimoramento de soluções integradas de transportes, ao estímulo do desenvolvimento econômico do Estado e ao aperfeiçoamento da ordenação do uso e ocupação do solo. A partir de sua implementação, o Escritório passa a acompanhar as principais ações de mobilidade do Estado. Dentre elas, promover a continuidade do Plano de Mobilidade da RMBH e seus desdobramentos.

Também foi instituído o Escritório de Obras com vistas a um acompanhamento intensivo dos empreendimentos, de forma a garantir maior celeridade, transparência e assertividade na execução das intervenções. O Escritório atua nas fases de planejamento, execução e controle das obras, em parceria com o DER-MG - entidade responsável pela execução - e com os órgãos e entidades do Estado que demandam a execução de obras públicas.

Celebração de convênio entre o MBC e a Vale para estudos de implementação do novo Anel Rodoviário da RMBH, que culminou na doação de R\$14 milhões ao Estado pela Vale.

Acordo de Cooperação Técnica foi firmado entre a SEINFRA e a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), visando elaborar o Plano Estratégico Ferroviário (PEF). Este será desenvolvido pela Fundação Dom Cabral, cujo objetivo é nortear as ações do Estado, no curto, médio e longo prazo, em relação ao modal ferroviário.

Retomada de mais de 30 empreendimentos, muitos deles paralisados desde 2015. Dentre esses, destaca-se a retomada de empreendimentos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que envolvem intervenções de contenção de cheias; reassentamento de famílias removidas de áreas de risco; obras de urbanização e instalação de equipamentos públicos de apoio social. Na área da educação, foram retomadas a reforma de 5 unidades escolares e a construção de 3 novas escolas, representando melhorias nas instalações e criação de mais de 1.500 vagas, com previsão de entrega para



o primeiro semestre de 2020. Na saúde, destaca-se a retomada das reformas em 4 unidades de saúde, com a previsão de entrega da reforma de dois hemocentros em março. Destaca-se ainda a ordem de reinício para reforma de 2 importantes equipamentos públicos: a Escola de Design da UEMG e a Biblioteca Pública Luiz de Bessa. Na área de segurança pública foi dada a ordem de reinício para construção/ampliação de 5 presídios, em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional, visando a criação de 1.700 vagas, além da ordem de início para construção e reforma de 3 centros socioeducativos. Tais investimentos atingem um montante aproximado de R\$ 80 milhões para conclusão.

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra) e o DER-MG deram início ao processo de implementação da Metodologia Building Information Modeling (BIM), ou Modelagem de Informação da Construção, no Estado de Minas Gerais. Sua utilização visa evitar retrabalho na execução de projetos de construção, além de promover celeridade e assertividades de obras, impactando positivamente a qualidade dos gastos públicos e das obras públicas entregues. Foram firmadas parcerias com o Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Consud), o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (Sebrae-MG) e a Cooperação Técnica com a Câmara Brasileira de BIM de Minas Gerais (CBIM-MG) para capacitações e disseminação da metodologia.

Justiça e Segurança Pública

O setor de Justiça e Segurança Pública reduziu os Indicadores de Criminalidade. Em relação aos crimes violentos, houve redução de 28,08%, 29,86% dos roubos consumados e 13,03% dos homicídios.

A prevenção à criminalidade em áreas de risco contribuiu à redução de 14,1% dos homicídios consumados de jovens em territórios com as políticas de prevenção que se encontram na faixa etária do Fica Vivo! em 2019, comparados com 2018. Há esforços na municipalização das iniciativas de prevenção pela criação do Programa “Selo Prevenção Minas”, que conta com projeto piloto em Alfenas.

Ocorreram a ativação de 12 grupos de trabalhos regionais para o enfrentamento, monitoramento, controle e repressão qualificada ao crime de explosões de caixas eletrônicos, além dos GIE em combate a roubos e homicídios.

Em relação ao fomento à interrupção da trajetória infracional do adolescente pela garantia de novas oportunidades no futuro, com a profissionalização de adolescentes, houve aumento do número de adolescentes com participação em cursos profissionalizantes a partir da criação do Programa



"Descubra!", entre os adolescentes acima de 14 anos e aptos à profissionalização, 61% participaram de cursos profissionalizantes, comparado a 53% em 2018. Além disso, 72% das famílias dos adolescentes participaram do acompanhamento das medidas socioeducativas em 2019, comparado a 47% em 2018.

O incentivo ao trabalho no processo de ressocialização do IPL foi reforçado através da implantação do primeiro Centro de Ressocialização de Minas Gerais, com 100% dos presos trabalhando e o aumento do uso de mão-de-obra prisional em unidades da Administração Pública estadual, com 104 prefeituras e outras instituições filantrópicas, gerando desoneração financeira. O acesso aos serviços sociais e de justiça também foi potencializado pela implantação de Videoconferência nas UPs, que propicia uma alternativa aos atendimentos presenciais.

Foi realizado um estudo para adequação e regulamentação da carreira de Agente de Segurança Penitenciário nos termos da Emenda Constitucional nº104/2019, que cria as polícias penais federal, estaduais e distrital e estudo para reestruturação e modernização da carreira de Agente de Segurança Socioeducativo, organizados de acordo com os princípios da hierarquia e da disciplina.

É possível destacar, também, a adequação da Normatização da Integração em Segurança Pública ao SUSP, pela implantação do Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social de Minas Gerais (CESPDS-MG), a criação do Fundo Estadual de Segurança Pública pela Lei 23.471/2019, ocasionando repasse de R\$ 8.353.331 do Fundo Nacional de Segurança Pública e a Regulamentação do Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública (Decreto 47.797, de 19 de dezembro de 2019).

Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (Semad), disponibilizou um novo Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA) para entrada, tramitação e conclusão dos processos administrativos de forma eletrônica, que objetivam a emissão de licenças ambientais em nível estadual. O SLA é o primeiro módulo a integrar o Portal Ecossistemas, plataforma de convergência que reunirá todos os serviços digitais do Sisema.

Em relação ao processamento dos autos de infração, 3.502 autos de infração foram finalizados em 2016, já em 2019 esse número saltou para 72.316 processos concluídos, o que representou um aumento de 2.065% de conclusão. Os esforços da secretaria resultaram em uma redução de cerca de 70% do passivo de autos de infração, além de zerar os autos de infração sem defesa administrativa.



A pasta também lançou um mecanismo pioneiro no Brasil para converter o valor de multas decorrentes de infrações ambientais em ações de reparação do meio ambiente, chamado Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais. A iniciativa prevê que até 50% dos valores de multas simples podem ser convertidos para programas de recuperação ambiental, desde que a infração geradora da multa não tenha causado mortes humanas e nem flagrado método cruel de abate ou captura de animais.

Outro importante programa lançado pelo Governo de Minas no ano de 2019 é o Programa de Concessão em Parques Estaduais, que pretende desenvolver e implantar modelos de parcerias e concessões ambientais voltados para o aprimoramento e diversificação dos serviços turísticos ofertados nas Unidades de Conservação (UCs) estaduais. Dentre seus objetivos, estão o aproveitamento sustentável das potencialidades econômicas existentes, a conservação da biodiversidade e a geração de benefícios sociais e econômicos para as comunidades do seu entorno.

No âmbito do fomento florestal, foram adotadas diversas ações que propiciaram a recuperação de 2.421,64 hectares de áreas desmatadas, incluindo o cercamento de 832 nascentes em todo o Estado. Dentre as ações estão a produção e o fornecimento de mudas de espécies nativas do Cerrado e da Mata Atlântica, de insumos para o plantio e para o cercamento de áreas e nascentes, além de projetos de conscientização ambiental como o "Dia de Campo" realizado em diversas regionais do IEF para orientação quanto às melhores práticas de conservação e recuperação de ecossistemas. O IEF também participa do Projeto "Conexão Mata Atlântica" e em 2019 firmou o "Pacto pela Restauração da Mata Atlântica", iniciativa de caráter coletivo com a participação de diversos segmentos da sociedade.

O Governo de Minas também foi homenageado na 10ª edição do "X Prêmio Hugo Werneck de Sustentabilidade & Amor à Natureza", realizado em dezembro de 2019. O reconhecimento feito ao governador Romeu Zema se deu pelo trabalho desenvolvido para incentivar as fontes de energia renováveis no Estado.

Em relação a Brumadinho, o Governo de Minas criou o Comitê Gestor PróBrumadinho, grupo formado por diversos órgãos estaduais, incluindo o Sisema, com a finalidade de coordenar as ações governamentais voltadas para a recuperação socioeconômica e socioambiental de Brumadinho e dos municípios da Bacia do Rio Paraopeba, afetados pelo rompimento da Barragem I da Mina Córrego do Feijão. O Estado de Minas Gerais organiza-se para atuar com respostas rápidas e efetivas, além de se estruturar para ações preventivas contra novas tragédias. Minas também deu um passo importante rumo



à extinção das 43 barragens a montante ainda existentes em seu território, com o início do trabalho técnico do comitê que estabelecerá as diretrizes para descaracterização dessas estruturas no prazo de 3 anos.

Em fevereiro de 2019 o Igam publicou duas portarias visando a implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB no Estado, sendo elas a Portaria Igam nº02/2019 e a Portaria Igam nº03/2019. A Portaria 02 cumpre o papel de regulamentar a PNSB, de modo a desenvolver uma cultura de segurança de barragens ao definir critérios para a elaboração e apresentação do Plano de Segurança de Barragens, Plano de Ação Emergencial, Relatório de Inspeção de Segurança Regular e Relatório de Inspeção de Segurança Especial, além de classificar as barragens conforme o Dano Potencial Associado e a Categoria de Risco. Já a Portaria 03, convoca os proprietários de barragens de água para o cadastramento das estruturas, o que permitirá conhecer e obter informações técnicas de todas as barragens de acumulação de água no Estado possibilitando a aplicação dos dispositivos preconizados na Portaria 02, e conseqüentemente a gestão de segurança de barragens no Estado. No ano de 2019 foram cadastradas 405 barragens, sendo que destas 78 se enquadram na PNSB.

Ouvidoria-Geral do Estado

A Ouvidoria-Geral do Estado (OGE) criou no ano de 2019 quatro novas Ouvidorias para atendimento da população: Prevenção e Combate à Corrupção; Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Desenvolvimento Social; Assuntos Gerais; Assédio Moral e Sexual. Ainda foi criado pelo órgão o Selo OGE Anticorrupção, com o objetivo de divulgar o novo canal de prevenção e combate à corrupção do estado, onde o cidadão pode encaminhar demandas referentes a qualquer serviço público ou processo administrativo interno da Administração Pública Estadual.

O órgão também aderiu ao Programa Nacional de Simplificação com a criação do “Canal Simplifique”, meio exclusivo para o recebimento de solicitações de simplificação de serviços públicos e processos internos. Outra importante entrega foi a reinauguração do Posto OGE Centro com novas estruturas, e o recurso de agendamento online para atendimentos presenciais foi disponibilizado no site do órgão.

Esses avanços estão associados ao projeto de modernização das soluções digitais do órgão, chamado “Ouvidoria 4.0”, que envolve as etapas de atendimento ao cidadão, tratamento e resposta das manifestações, e tratamento das informações recebidas de forma estratégica, produzindo informações



gerenciais para o Governo. A primeira etapa do Projeto já foi concluída com a disponibilização de um novo sistema de interface amigável e interativa com o usuário para o recebimento das manifestações.

Planejamento e Gestão

Dentre os principais resultados do Setor Planejamento e Gestão estão as iniciativas de modernização da gestão orçamentária estadual, por meio da estruturação de centros de custos e utilização da metodologia de Orçamento Base-Zero para a elaboração da Lei Orçamentária Anual 2020 nos órgãos de segurança. O projeto mapeou 306 entregas de 66 ações de governo, em 28 programas, durante a elaboração da proposta do Plano Plurianual de Ação Governamental 2020-2023.

Também foi elaborada a carteira estratégica do estado contendo 27 projetos estratégicos, com correspondente acompanhamento e apoio. O objetivo é ter um Governo eficiente e inovador a serviço das pessoas, focado em suas responsabilidades essenciais; uma economia como protagonista no desenvolvimento econômico e tecnológico; e um alto grau de investimento reconhecido pelas instituições de risco pela excelência na gestão fiscal sustentável.

O Centro de Serviços Compartilhados reduziu custos relacionados à frota (R\$ 23.800.000,00/ano) e aumentou a arrecadação através da alienação de lotes (R\$ 15.785.985,24). Outra entrega importante foi a composição da equipe e planejamento para implantação do projeto Centro de Compras Compartilhadas (CCC), que possibilitará automatizar e potencializar os processos de compras de maneira compartilhada.

A implementação do Programa Minas Atende entregou como resultado: 9 serviços simplificados; 23 serviços transformados digitalmente; 36 canais disponibilizados; e 52% de Índice de Transformação Digital de Serviços Públicos – ITD (PDMI). Tais entregas eliminaram a necessidade de autenticação de documentos e exigência de informações que o Estado já possui, reduziram formalidades e exigências desnecessárias para serviços ofertados ao cidadão mineiro e aumentaram a eficiência de processos do Estado, através da disponibilização por meio digital.

O Programa Transforma Minas foi elaborado para aperfeiçoar o modelo de atração, seleção, desenvolvimento e desempenho de profissionais para a administração pública do Estado. Nesse sentido, destacam-se os 169 processos seletivos encerrados ou em andamento para ocupação de cargos de liderança, bem como a execução dos módulos I e II do Programa de Desenvolvimento de Lideranças (PDL) para 55 subsecretários e autoridades equivalentes no qual foi possível valorizar e desenvolver



competências específicas para cargos de liderança, entre elas orientação para resultados, resiliência diante de desafios, engajamento de pessoas e comunicação.

Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Em 2019, a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) instaurou 501.300 Procedimentos Policiais (AAFAI, APFD, APFD/AAPFAI, BOC, IP, PAAI, TCO, EAMP) e concluiu 300.179, priorizando as investigações qualificadas relativas aos crimes violentos, especialmente os homicídios tentados e consumados. Nesse ano, foram concluídos 3.775 inquéritos de homicídio com indiciamento do autor do crime, número que ultrapassou a meta pactuada com o Governo, de 3.650. Também já foram efetuadas, com ferramentas tecnológicas e inteligência aplicada, mais de 1.100 operações qualificadas de combate à organização criminosa, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, crimes violentos e tráfico de drogas, sendo algumas noticiadas em âmbito nacional, elevando o nome do Governo de Minas Gerais no quesito combate à criminalidade.

Em decorrência do desastre ambiental de Brumadinho, a PCMG atua com eficiência no atendimento às vítimas e familiares, realizando resgate de pessoas e animais, bem como na identificação de 259 vítimas fatais, expedição de mais de 700 carteiras de identidade, instauração de inquéritos policiais para apuração da causa do rompimento da barragem e das mortes, dos crimes ambientais, estelionatos e falsificações e, ainda, realizando prisões dos responsáveis. Por meio de técnicas periciais e do empenho dos policiais civis, já se obteve a identificação de 96% do total de 270 pessoas desaparecidas.

Outra entrega importante da instituição foi a implantação de um novo projeto chamado Plantão Digital na PCMG, visando utilizar um sistema de videoconferência que conecte as Delegacias da Polícia Civil de Minas Gerais a uma Central de Flagrantes Digital, a ser estabelecida em Belo Horizonte, a fim de que, durante o período noturno, finais de semana e feriados, as ocorrências com conduzidos sejam recebidas por Investigadores de Polícia de plantão nas Delegacias sedes de Comarcas e apresentadas, por videoconferência, ao Delegado de Polícia e Escrivão de Polícia de Plantão, na Central de Flagrantes Digital em Belo Horizonte.

Em 2019, a Polícia Civil de Minas Gerais publicou também uma resolução que instituiu a Delegacia Especializada de Combate à Corrupção (DECCOR) no intuito de intensificar a prevenção e o combate sistêmico à corrupção e à improbidade administrativa no estado de Minas Gerais. Desde a



inauguração, a DECCOR possui 35 investigações em andamento sobre peculato, corrupção ativa, corrupção passiva e fraude em licitação contra municípios e contra o Estado.

Outra resolução importante criou o Núcleo de Investigação de Femicídio no Departamento Estadual de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) visando à maior proteção da mulher mineira. Foram apurados 138 feminicídios consumados no Estado, e a instituição concluiu 71% dos inquéritos com indiciamento. Em Belo Horizonte, o núcleo apurou 19 casos, todos concluídos com indiciamento e remessa ao Poder Judiciário.

Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

A Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG) realizou 2,3 milhões de atendimentos de emergência policial e realizou 2.209.163 operações policiais com intuito de prevenir ações delituosas e aumentar a sensação de segurança no Estado. Também foi realizada a abordagem de 10.009.562 veículos, o que culminou em maior segurança no trânsito urbano e rodoviário.

Em virtude da atuação policial, houve a recuperação e restituição aos proprietários de 19.323 veículos.

Ao longo do ano, 5,7 milhões de pessoas foram abordadas, incluindo orientações diversas, abordagens preventivas e repressivas. Foram efetivadas 14.809 prisões e apreensões de pessoas que praticaram crimes violentos e 309.675 prisões e apreensões diversas. A apreensão de 23.484 armas de fogo culminou em um número menor de crimes violentos. Também foi criada a 2ª Cia Independente de Prevenção à Violência Doméstica

Em virtude dessas ações policiais, houve grande redução criminal em relação ao ano de 2018, sendo: diminuição de 27% crimes violentos; diminuição de 13% de homicídios; diminuição de 36% de roubos de veículos; diminuição de 29% roubos consumados; diminuição de 15% de estupro consumados; diminuição de 9% de furtos consumados.

Houve a criação do GEPAM (Grupo Especial de Policiamento Ambiental), que é voltado para atuação qualificada nas zonas rurais e que, em 2019, apreendeu 2.054 armas de fogo. Foram realizados 20.029 autos de infração ambiental, o que resultou em 3.175 prisões/apreensões relativas às infrações de meio ambiente. Nessa seara, 10.000 alunos do ensino básico também foram atendidos pelo Programa de Educação Ambiental (PROGEA).



Ademais, ocorreu a formação de 169.536 mil crianças, adolescente e adultos nos currículos de Educação Infantil, 5º, 7º anos e Pais pelo Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência (PROERD). Também houve a ampliação do atendimento aos alunos do Colégio Tiradentes da PMMG (CTPM), com a criação de turmas, aumentando 695 alunos comparado ao ano anterior.

Saúde

No ano de 2019, a Secretaria de Estado de Saúde (SES) atuou no enfrentamento ao desastre de Brumadinho, com ponto de fornecimento de vacinas e medicamentos, avaliação da qualidade da água para consumo humano, organização dos serviços de Saúde Mental, fornecimento de insumos para Zoonoses dentre outras ações.

Um ponto importante foi a quitação de dívidas com fornecedores de medicamentos deixados pela última administração equivalentes a 22 meses de atraso, permitindo a retomada das compras de medicamentos que acarretou em mais de 71 milhões de unidades de medicamentos do Componente Especializado dispensadas. Além disso, houve a retomada dos repasses financeiros do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF).

Houve a redução em 24% do passivo de processos eletrônicos referentes a demandas judiciais, acarretando celeridade nas respostas solicitadas pelos órgãos de controle bem como cumprimento das ações judiciais. Ao mesmo tempo, os pagamentos dos depósitos judiciais foram retomados, utilizando metodologia para evitar os pagamentos em duplicidade, tendo em vista a existência de bloqueios judiciais nos mesmos processos.

Com relação a Vigilância sanitária houve o lançamento do Sistema de Licenciamento Sanitário Simplificado (online), em parceria com a Jucemg, facilitando o processo de licenciamento para empresas de baixo risco sanitário. Sobre a ação de vigilância epidemiológica, foi realizado investimento de cerca de R\$ 24,5 milhões em ações de monitoramento, prevenção e controle do Aedes, montante 250% superior ao investido em 2018.

Também, foi retomado os pagamentos para ações de Atenção Primária à Saúde, já no início de 2019, com investimentos em torno de R\$ 1 milhão/mês.